

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

SUMÁRIO EXECUTIVO

PLANO DE TRABALHO
PERÍODO 2015-2018



MARÇO/2015

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. ESTRUTURAÇÃO DOS PROGRAMAS E/OU ATIVIDADES.....	4
3. PROGRAMAS/ATIVIDADES.....	6
ENERGIAS RENOVÁVEIS.....	6
PROGRAMA PARANAENSE DE ENERGIAS RENOVÁVEIS.....	6
INCLUSÃO DIGITAL.....	11
PROJETO REDE 399 – INTERNET PARA TODOS.....	11
PROGRAMA ESPAÇO CIDADÃO.....	15
RELAÇÕES ESTRATÉGICAS COM A SOCIEDADE.....	20
FORMAÇÃO DE GESTORES PARA O TERCEIRO SETOR.....	20
PROGRAMA PARANÁ SEGURO – UPS CIDADANIA	24
MOBILIZAÇÃO PELOS DESAPARECIDOS.....	31
AÇÕES INTERSECRETARIAIS DE SAÚDE MENTAL	34
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	36
CENTRO DE ORIENTAÇÃO A IMIGRANTES COM VISTO HUMANITÁRIO	38
GESTÃO PÚBLICA.....	41
SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS – SISFRON.....	41
ARTICULAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DE PARCERIAS INTERNACIONAIS.....	44

SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

PLANO DE TRABALHO

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos – SEAE é um órgão da estrutura governamental do Estado do Paraná, vinculado à Casa Civil, cuja atuação nas últimas gestões tem sido pautada por ações direcionadas, quase que na sua integralidade, à área da tecnologia da informação. O repensar da sua reestruturação organizacional atende às demandas do Gabinete do Governador e aponta para a prioridade da construção de marcos referenciais para ações de cunho estratégico, em alinhamento com a realidade econômica e social vivenciada no Estado.

O grande desafio que se apresenta é o de constituir equipes oriundas de vários setores do governo, atuando a favor do desenvolvimento de arranjos operacionais e financeiros inovadores, que rompam com a repetição de modelos tradicionais, de modo a garantir que as ações projetadas se revistam de novas modelagens, tendo como grande marca a **ampliação de parcerias e a desoneração do Estado**.

O documento aqui apresentado tem o propósito de registrar, de forma sumarizada, as linhas de intervenção previstas para o período 2015-2018. O planejamento para o quadriênio contemplou um adequado processo de debates para o estabelecimento de prioridades, no qual também foram ouvidos técnicos e dirigentes do Estado de várias instituições que culminou em reunião com o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral. Este processo resultou na seleção de prioridades demandadas pelo Gabinete do Governador e num conjunto de outras ações oriundas de discussões técnicas de relevância estratégica para o Estado. Por sua vez, o envolvimento direto da equipe técnica na formulação da proposta garante o conhecimento e o compromisso para o cumprimento das metas e desafios elencados no documento.

As ações definidas estão consolidadas em quatro eixos de trabalho, que contemplam 13 áreas de atuação, num espectro de grande amplitude direcionado aos setores sociais, econômicos e ambientais.

EIXOS DE TRABALHO

- **Energias Renováveis**
- **Inclusão Digital**
- **Relações Estratégicas com a Sociedade**
- **Gestão Pública**

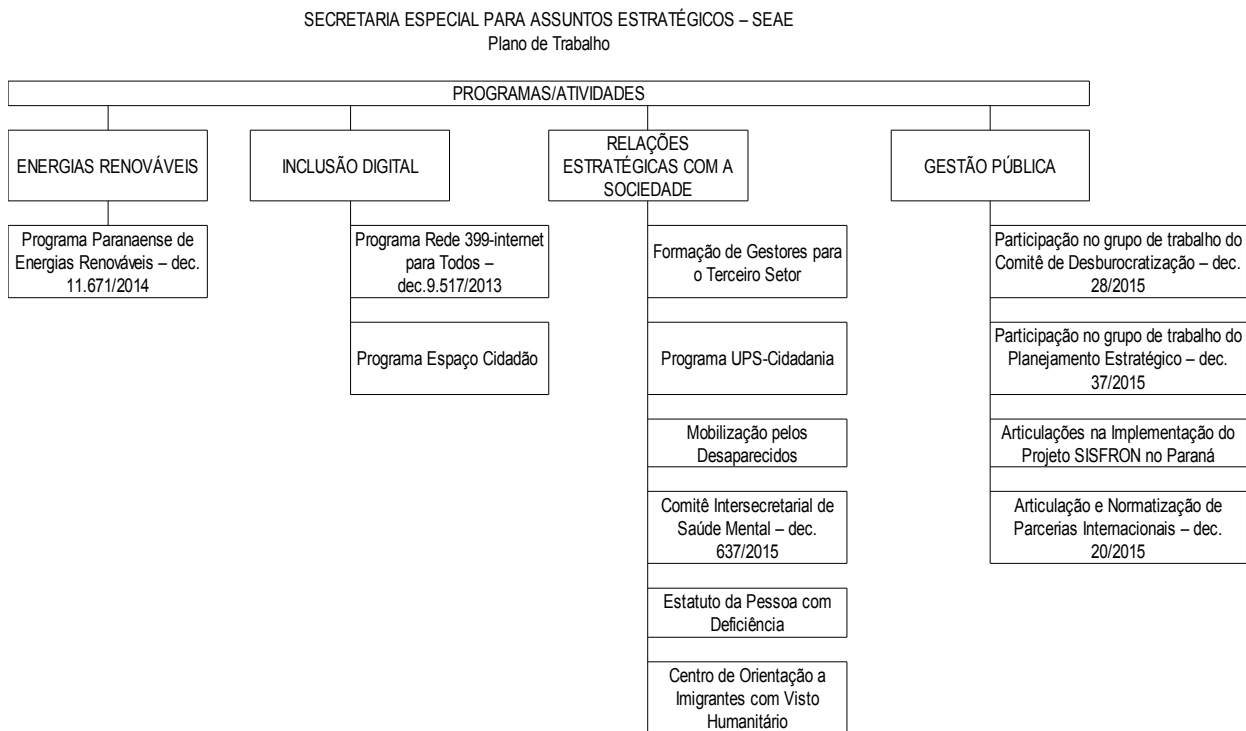
Os Programas, projetos e/ou ações estão apresentados em uma estrutura lógica padrão que contempla: Descrição Geral da Ação – Situação Problema; Justificativa; Descrição da Atividade Realizada pela SEAE; Principais Ações para o Período 2015-2018; Cronograma de Trabalho; Meios Necessários para Realização do Trabalho; Produtos Esperados; Equipe Técnica; Coordenação da Área e Técnico Responsável.

Por se tratar de documento de caráter gerencial, cumpre, neste momento, o propósito de registrar a primeira versão dos trabalhos, porém, não detalha várias informações fundamentais, entre as quais as sistemáticas operacionais que deverão ser apresentadas pelas equipes até o início do mês de abril de 2015.

2. ESTRUTURAÇÃO DOS PROGRAMAS E/OU ATIVIDADES

A estruturação dos quatro eixos que compõem os trabalhos da SEAE e sob os quais se inserem os Programas e/ou ações a serem implementadas no período 2015-2018, pode ser vista no desenho do Plano de Trabalho:

FIGURA 1 – DESENHO DO PLANO DE TRABALHO DA SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS



Algumas ações prioritizadas estão respaldadas por decretos governamentais que conferem à SEAE a responsabilidade por sua implantação, outras, que se caracterizam como estratégicas de cunho intersecretarial, consoante ao papel articulador da SEAE, deverão ser formalizadas por instrumento legal após a aprovação do presente Plano de Trabalho.

As ações que já contam com decretos são:

- Programa Paranaense de Energias Renováveis – Decreto 11.671, de 16 de julho de 2014
- Programa REDE 399 – Internet para todos – Decreto 9.517, de 02 de dezembro de 2013
- Comitê Gestor Intersecretarial de Saúde Mental do Estado do Paraná (CISMEEP) – Decreto 637, de 06 de março de 2015
- Articulação e Normatização de Parcerias Internacionais – Decreto 20, de 01 de janeiro de 2015
- Participação no Grupo de Trabalho do Comitê de Desburocratização – Decreto 28, de 01 de janeiro de 2015
- Participação no Grupo de Trabalho do Planejamento Estratégico do Estado do Paraná – Decreto 37, de 01 de janeiro de 2015

As demais, abaixo relacionadas, deverão ser submetidas à apreciação de setores do

governo encarregados pela priorização dos trabalhos para a atual gestão e, uma vez selecionadas, deverão ser registradas em documento formal.

- Programa Espaço Cidadão
- Formação de Gestores para o Terceiro Setor
- Programa UPS-Cidadania
- Mobilização pelos Desaparecidos
- Estatuto da Pessoa com Deficiência
- Centro de Orientação a Imigrantes com Visto Humanitário
- Articulações na Implementação do Projeto SISFRON no Paraná

3. PROGRAMAS/ATIVIDADES

ENERGIAS RENOVÁVEIS

Os governos, via de regra, quase sempre estão a reboque das intervenções do setor privado que, com muito mérito, avança em velocidade diferenciada. Como resultado, observa-se que os investimentos projetados no setor energético alternativo, invariavelmente, estão desatrelados às políticas de desenvolvimento regional, perdendo-se a oportunidade de mudanças de cenários para as regiões vulneráveis.

São diversos os contextos em que este tema está posto. Os interesses dos setores e organizações envolvidos com a matéria, embora na sua maior parte meritórios e legítimos, nem sempre são convergentes aos interesses da população. Assim, o plano aqui apresentado procura contribuir com o ordenamento da área a partir de normatização de processos que priorize o bem-estar dos cidadãos.

Capitaneados por uma política de Estado disciplinadora voltada para todas as regiões, com ênfase àquelas que carecem de intervenções indutoras do desenvolvimento, o Governo do Paraná, por meio da Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos, apresenta este plano de trabalho que prevê como ponto de partida o chamamento de todas as organizações envolvidas na área para, juntas e sob a coordenação pública, traçarem a política norteadora das ações energéticas renováveis do Estado.

PROGRAMA PARANAENSE DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Descrição Geral da Ação – Situação Problema:

A produção de energia elétrica a partir de fonte hidráulica tem sido objeto de intenso debate nacional em razão dos impactos socioambientais que ocasiona e pelo conflito de interesses relacionados aos seus usos. A política energética nacional prevê uma redução significativa da participação da hidroeletricidade na ordem de 81% para 73% no período 2012/2020. Em contrapartida, propõe a ampliação da geração de energia proveniente de biomassa de 5% para 10%, e da energia eólica de 0,4% para 4%, somente para citar duas fontes.

A partir de 2003, a Copel iniciou um processo de reestruturação de sua matriz energética com a incumbência de ancorar e alavancar o desenvolvimento do Paraná e fomentar um modelo de geração de energia renovável, não agressiva ao patrimônio natural do Estado. Com a criação da Coordenação de Energias Renováveis, desencadeou estudos e execução de projetos experimentais, alguns deles já com êxito comprovado.

Ademais, outras instituições governamentais se envolveram com a temática e vêm priorizando iniciativas no sentido da produção e consumo de energia renovável. A exemplo do Projeto *Smart Energy* Paraná, instituído pelo Decreto nº 8.842/2013, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e com ampla participação do Tecpar, outras ações vêm sendo empreendidas, com destaque para a realização de estudos, dissertações e teses desenvolvidos por professores das instituições de ensino superior do Estado, tendo com foco as energias renováveis.

Também o Instituto Lactec vem atuando na área de eficiência energética por meio do Laboratório de Luminotécnica, detentor do Selo Procel em função dos ensaios realizados com equipamentos e materiais de iluminação voltados à economia de energia.

Some-se a essas iniciativas a participação do setor privado empresarial, cujo trabalho está em franco andamento e conta com a chancela técnica e política da Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, onde foram criadas câmaras técnicas para conferir o nível organizacional requerido para o tema.

Constata-se, portanto, a existência de diversas ações, seja do Poder Público ou da iniciativa privada e suas organizações, que carecem de um ordenamento único como forma de potencializar o resultado dos trabalhos e dos investimentos realizados e em andamento.

São trabalhos que necessitam de um grande esforço organizacional com vistas à concretização de uma política de Estado voltada à produção e ao consumo de energia proveniente de fontes renováveis em sua ampla expressão, tendo sempre presente os desafios ambientais, climáticos e socioeconômicos indissociáveis à construção de um Plano desta dimensão.

Justificativa:

Ao assumir a Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos para o período 2015-2018, foi constatada a existência do Decreto nº 11.671/2014, que dispõe sobre o Programa Paranaense de Energias Renováveis e confere à Casa Civil, por meio desta Secretaria, a responsabilidade por sua implantação.

Diante dessa atribuição, compete à SEAE organizar e propor um plano de trabalho para o período, buscando a articulação e o alinhamento de ações em torno do Programa.

Descrição da Ação Realizada pela SEAE:

Em cumprimento ao Decreto nº 11.671/2014, a Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos comporá e coordenará um Grupo de Trabalho que contará com a participação de representantes de todos os agentes envolvidos com a matéria, objetivando o disciplinamento para a implantação dos trabalhos, a sinergia técnica entre os atores, a construção de ritos processuais que superem dificuldades de ordem burocráticas e que, no decorrer do desenvolvimento das atividades, possa ofertar ao Poder Público Estadual os elementos necessários ao planejamento de suas ações no que concerne ao uso e distribuição de energias renováveis.

Principais Ações para o Período 2015-2018:

- Instituir o Grupo de Trabalho, sob coordenação da SEAE, definindo os desafios e as responsabilidades das entidades envolvidas.
- Coordenar a construção de um marco teórico-conceitual para o Programa.
- Propor a construção de uma base de dados do Programa com mecanismos de contínua atualização.
- Inserir o Programa e suas ações como tema transversal do planejamento estratégico

do Estado.

- Propor a priorização das ações de governo voltadas ao setor para as regiões com indicadores socioeconômicos críticos.
- Coordenar a elaboração do regulamento previsto no art.6º do Decreto nº 11.671/2014, que atribui à SEAE a competência pela elaboração da redação de regulamento interno para definir e organizar as atividades previstas no Programa, bem como a regulamentação da produção e consumo de energia proveniente de fontes renováveis.
- Implantar sistemas de controle consolidados e relatórios trimestrais a serem submetidos à Governadoria.
- Incentivar o intercâmbio técnico para os agentes envolvidos.
- Divulgar as ações do Programa para a sociedade em geral, incentivando sua participação.
- Propor a criação do Selo Paraná de Energias Renováveis (Selo PAER), a ser conferido por empresa Certificadora Oficial aos empreendimentos que demonstrarem eficiência, inovação tecnológica e ambiental, desenvolvimento de equipamentos e materiais inovadores para a produção, distribuição e consumo de energia renovável. Todas essas ações conciliadas com o atendimento aos requerimentos ambientais.

Para o cumprimento dessas metas, competirá à SEAE e ao Grupo de Trabalho:

- Estabelecer as prioridades do Programa.
- Monitorar o desenvolvimento do Programa em suas diferentes ações.
- Estabelecer metas e indicadores do Programa e acompanhar sua evolução.
- Identificar as fontes de recursos nacionais e internacionais para impulsionar o Programa.
- Identificar junto às instituições financeiras e agências de fomento as linhas de crédito existentes, com custos, benefícios e outros.
- Buscar junto às instituições de ensino superior os trabalhos e pesquisas desenvolvidos e em andamento na área.
- Articular o Ministério Público e os organismos ambientais às estratégias, ações e acompanhamento do Programa.
- Estabelecer uma secretaria executiva e uma coordenação técnica do Programa que receba e avalie os protocolos de intenção de enquadramento ao mesmo, conforme estabelece o Decreto.
- Estimular a produção de novas tecnologias, materiais e equipamentos destinados à produção de energia renovável por institutos tecnológicos e indústrias paranaenses.

Cronograma de Trabalho:

Atividades		2015									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Constituição do Grupo Executivo		X								
2	Constituição da Secretaria Executiva		X								
3	Instituição da coordenação técnica		X								
4	Instituição de fluxo prioritário para as demandas de empreendimentos de geração de energias renováveis, com redução nos prazos de tramitação			X							
5	Marco teórico, conceitual e metodológico				X						
6	Base de dados e indicadores					X					
7	Elenco de prioridades					X					
8	Marco Regulatório							X			
9	Sistema de Monitoramento do Programa							X			
10	Criação e consolidação de linhas de financiamento para o desenvolvimento e ampliação das iniciativas empresariais							X			
11	Apresentação e aprovação, pelo Governador, do Selo Paraná de Energias Renováveis									X	
12	Relatórios trimestrais ao Governador	X		X		X		X		X	
Atividades		2016									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	1º Seminário Paranaense Internacional de Energias Renováveis	X									ou X
2	Maior volume de recursos para o desenvolvimento de estudos e projetos de produção e uso de novas fontes de energia pelo poder público e iniciativa privada										
3	Relatórios trimestrais ao Governador	X		X		X		X		X	

A programação para os anos subsequentes será definida a partir da constituição das equipes de trabalho.

Meios Necessários para a Realização do Trabalho:

- Indicação dos representantes das instituições selecionadas e da secretaria executiva do Programa (1 coordenador e 1 técnico de apoio indicado pela SEAE e três técnicos: Tecpar, Copel e SEMA/IAP) para atuar em tempo integral na primeira etapa (Março a Setembro/2015) até a decretação do Marco Regulatório.
- Definição de espaço físico, no âmbito da SEAE, com os equipamentos necessários para a atuação da secretaria executiva do Programa.

Produtos Esperados:

- Estabelecimento de Marco Regulatório para todas as modalidades de energias renováveis e para as alternativas definidas como prioritárias, com devido amparo jurídico.
- Implantação de Sistema de Monitoramento do Programa (sistema de acompanhamento da execução do cronograma de atividades do Programa):
 - pela sistemática alimentação de dados no Banco de Dados do Programa;
 - monitoramento da evolução dos indicadores de energia renováveis destacados pelo Programa;
 - apresentação de relatórios trimestrais ao Grupo Executor do Programa para consolidação do planejamento estratégico na área e correção de rumos, quando necessário.
- Instituição do Selo Paraná de Energias Renováveis.

Equipe Técnica:

- (SEAE) - 2 técnicos
- 3 técnicos das instituições selecionadas (COPEL, TECPAR, SEMA/IAP) (Março/Setembro).

O caminho sem volta da inclusão digital só se concretizará quando efetivamente a infraestrutura e os demais meios requeridos puderem ser disponibilizados aos cidadãos, sob a coordenação de uma política pública norteadora das ações, capaz de democratizar a oferta de serviços que equilibre as oportunidades para todos os cidadãos e provenha à iniciativa privada a segurança para investir.

A ação é marcada por dois programas para os quais existem grandes expectativas por parte das populações locais: REDE 399 e Espaço Cidadão. Iniciadas já há algum tempo, estas iniciativas apresentam potencial transformador de realidades municipais. O quadro que se constata não é diferente da velocidade de implantação de qualquer outra inovação, ou seja, as regiões mais desenvolvidas e de maior densidade populacional são aquelas primeiramente beneficiadas. Para mudar este cenário, faz-se necessário o ordenamento do trabalho para a implantação de um conjunto de medidas voltadas à priorização das regiões vulneráveis, por meio de incentivos que atraiam parcerias dispostas a participar do processo.

PROJETO REDE 399 – INTERNET PARA TODOS

Descrição Geral da Ação – Situação Problema:

Um dos grandes desafios da gestão pública na atualidade está relacionado à promoção de meios para que as comunidades, em qualquer esfera de governo, alcancem a chamada “era digital”. Viabilizar internet a todo cidadão, em qualquer lugar, independente da infraestrutura de acesso, é uma prioridade reivindicada pelas populações e, via de regra, compromisso assumido pelas três esferas de governo.

O relatório do Banco Mundial – 2009 afirma que um aumento de 10% nas conexões de Internet em banda larga de um país corresponde a um crescimento adicional de 1,3% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Sinalizando que, para um investimento de 5 bilhões de dólares em infraestrutura de telecomunicações, são criados de 100 a 250 mil empregos diretos e cerca de 2,5 milhões de empregos indiretos. Assim, o investimento realizado no setor é visto como essencial para ampliar a produção de riquezas, aumentando a competitividade econômica de regiões e países com o acesso a novos mercados e lançamento de novos produtos e serviços.

A SEAE, na primeira gestão do governador Beto Richa, definiu como prioridade para a área: a promoção de ações estratégicas para o desenvolvimento econômico sustentável, a inovação e apoio tecnológico da gestão pública; o incentivo à inclusão social/digital mediante a manutenção e implantação de telecentros; a articulação e integração de ações visando a simplificação dos processos na administração pública e; a promoção da integração entre Municípios e Estado para avaliação de desempenho das gestões municipais na área. Para tanto, propôs um programa que permeava os três objetivos de governo: internet de baixo custo, prefeituras mais eficientes e empresas mais competitivas.

Instituído pelo Decreto 9.517, de 2 de dezembro de 2013, sob coordenação da SEAE, o programa visa a introdução de um conjunto de ações voltadas a ofertar um assessoramento aos municípios na definição das melhores soluções tecnológicas que permitam a implantação

de uma internet cidadã, fomentadora social, com manutenção duradoura e de baixo custo, como previsto no objetivo programático, em ação conjugada entre os agentes governamentais, o setor privado e a sociedade civil. É relevante o alcance de interesse sob a matéria por parte dos potenciais beneficiários – prefeituras, empresas, comércio, comunidades distantes, cidadãos, produtores rurais e suas organizações, escolas estaduais e municipais, terceira idade e outros – o que impõe a prioridade da ação e sua natureza estratégica.

Decorridos pouco mais de um ano de sua decretação, o programa não apresentou grandes avanços, focando sua atuação no ordenamento dos trabalhos e em sua divulgação junto às associações municipais.

Justificativa:

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, dados de 2013, o Estado do Paraná apresenta cerca de 85% dos seus municípios com cobertura de alcance de internet para atender, no máximo, 35% das suas populações. Ou seja, a cada 100 habitantes municipais, somente 35 conseguem acesso à internet, apresentando um cenário com potencial e necessidade de crescimento.

Por sua vez, é evidente a necessidade dos gestores municipais de contarem com um assessoramento confiável que lhes permita tomar decisão sobre qual a melhor solução para o seu espaço geográfico. Registre-se que as alternativas técnicas ofertadas e os custos de implantação são os mais diversos, o que, para os bons decisores, configura uma situação de cuidado redobrado, com implicação no retardamento do trabalho.

Frente a esta realidade, nada mais razoável do que disponibilizar a *expertise* do Estado para a área, hoje concentrada na CELEPAR, para apoiar, por meio de levantamentos e estudos locais, os gestores municipais a encontrarem a solução mais adequada. Cumprido este primeiro passo, as equipes técnicas apoiariam os municípios na contratação de redes de comunicação. Como nota, registre-se que os provedores que se inserirem no Programa poderão obter financiamentos a juros baixos e redução no ICMS cobrado dos itens de infraestrutura, conforme previsto no Decreto 9517/13.

Com a instalação da rede, as prefeituras poderão disponibilizar novos serviços *online* para a sua população e interligar suas unidades administrativas, o que redundará em eficiência e economia. Será possível levar internet não apenas para os limites da cidade, mas também aos distritos ou comunidades rurais, ampliando o atendimento àquela população que representa o sustentáculo da economia local.

Descrição da Ação Realizada pela SEAE:

Neste programa, o instrumento disciplinador das competências da SEAE é o Decreto 9517/13, que estabelece que a Secretaria será o agente que fomentará e difundirá o acesso e uso de bens e serviços relativos à tecnologia da informação e comunicação nos municípios paranaenses.

Por sua vez, o suporte técnico à SEAE deverá ser ofertado pela CELEPAR que, além de sua *expertise* na área e seu portfólio de serviços e soluções, dispõe de uma rede de técnicos presentes em todas as regiões do Estado, o que permitirá um efetivo

assessoramento aos gestores municipais.

Uma vez definida a solução, competirá à SEAE articular todas as forças do governo estadual com vistas a apoiar os municípios na implantação dos trabalhos.

Principais Ações para o Período 2015-2018:

- Promover levantamentos precisos que permitam estabelecer a realidade dos estágios atuais das tecnologias da informação e comunicação em 50% dos municípios paranaenses e modelar abordagens diferenciadas para municípios-tipo, de forma a permitir soluções modulares para diferentes realidades. Mais precisamente, a partir de uma abordagem piloto realizada em 10 municípios, criar metodologia e modelos de projetos padrões e modulares que subsidiarão tecnicamente os 399 municípios na viabilização de serviços e soluções.
- Apoiar 30% dos municípios do Estado na definição de suas soluções.
- Acompanhar os trabalhos da implantação física das soluções definidas para os municípios do Estado, articulando junto aos setores governamentais e privados o apoio necessário a este trabalho.

Além dessas três intervenções, outras atividades-meio serão desenvolvidas:

- Implantar e coordenar o Comitê Gestor e Deliberativo e a secretaria-executiva do Programa, conforme estabelece o Decreto de criação.
- Regulamentar o funcionamento do Programa REDE 399, conforme disposto em Decreto.
- Estabelecer o Plano de Ação para o quadriênio.
- Desenvolver junto ao Sistema S um programa, sob a coordenação da CELEPAR, de incentivo à dinamização da informatização da gestão pública municipal.

Cronograma de Trabalho:

Atividades		2015									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Promover levantamentos da realidade dos estágios atuais das tecnologias da informação e comunicação nos municípios paranaenses e modelar abordagens diferenciadas para municípios-tipo	X	X	X	X	X					
2	Apoiar os municípios do Estado na definição de suas soluções				X	X	X	X	X	X	X
3	Acompanhar os trabalhos da implantação física das soluções definidas para os municípios do Estado							X	X	X	X
4	Implantar e coordenar o Comitê Gestor e Deliberativo	X	X								
5	Regulamentar o funcionamento do Programa REDE 399, conforme disposto em Decreto;	X	X								
6	Estabelecer o Plano de Ação para o quadriênio;	X	X								
7	Articular junto aos municípios um programa de incentivo à dinamização da informatização da gestão pública.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

A programação para os anos subsequentes será definida a partir da constituição das equipes de trabalho.

Meios Necessários para a Realização da Ação:

Estabelecer parceria com a CELEPAR e com as universidades estaduais para ofertar suporte aos gestores municipais na tomada de decisão sobre o melhor modelo de internet para o seu município.

Produtos Esperados:

- Certificação do Paraná como primeiro estado digital do país nas duas modalidades: modernização da gestão e oferta de serviços públicos e de uso universal de internet pela população.
- Adensamento da infraestrutura estadual de distribuição e captação de sinal de internet.
- “Cardápio” de produtos técnicos para a modernização da gestão pública municipal (sistemas integrados de gestão pública municipal).
- Arcabouço técnico e legal para instrumentalizar os municípios em suas ações de inclusão digital e de modernização da gestão.
- Crescimento do setor empresarial de tecnologia da informação e comunicação, particularmente nas regiões mais deprimidas do Estado.

Equipe Técnica:

- Gestor do Projeto na SEAE.
- 01 técnico para atender os Termos de Cooperação junto aos municípios.
- Equipe da CELEPAR para atuar nas soluções de comunicação junto aos municípios (a definir a partir da demanda).

PROGRAMA ESPAÇO CIDADÃO

Descrição Geral da Ação — Situação Problema:

O Governo do Paraná, atento às questões que permeiam a inclusão digital, notadamente no que concerne à área de informação e comunicação (TIC) nos municípios paranaenses, implantou há mais de uma década o Programa Espaço Cidadão, anteriormente denominado de Telecentro.

O propósito inicial do programa foi o de ofertar acesso à Internet às pessoas que não dispunham de equipamentos ou eram desabilitadas para o acesso à rede. Pelo potencial demonstrado pelo Programa, o Governo do Estado, no início de 2011, realizou um amplo levantamento sobre a situação desses espaços e conferiu que as informações não correspondiam com as realidades encontradas. Deste modo, um grande esforço foi realizado, com investimentos no sentido de equipar estes espaços e ofertar o suporte necessário para seu funcionamento. Ao mesmo tempo, buscou-se uma mudança de paradigma, tornando esses espaços centros de referência para a formação, aperfeiçoamento profissional e difusão de informações para jovens e adultos que procuram crescer em suas carreiras ou começar um novo ofício.

Os Espaços Cidadão foram implantados por meio de parcerias firmadas entre o Estado, municípios, associações de bairro e comunidades por meio de acordos formalizados em convênios próprios, instrumento que disciplina o uso e estabelece compromissos e responsabilidade para os partícipes. Atualmente, o Programa conta com 387 espaços em funcionamento, presentes em 333 municípios, com 4.000 computadores. No último quadriênio, o Programa registrou mais de 148 mil usuários cadastrados e 2 milhões de atendimentos.

Estes espaços situam-se nas sedes dos municípios, em bairros ou distritos de maior concentração populacional. As unidades ofertam acesso gratuito à Internet de alta velocidade e uma gama expressiva de cursos de qualificação profissional e acadêmica, nas modalidades presencial, a distância (EAD) e web conferências, que estão traduzidos em mais de 5.000 cursos ofertados no último quadriênio, além de 1.200 serviços eletrônicos disponibilizados. A estrutura física de cada unidade conta com 10 computadores e 01 link com acesso à Internet.

O espaço é gerenciado por um colaborador/atendente indicado e disponibilizado pelo município, a quem compete mobilizar e definir as demandas locais com vistas aos processos de capacitação. A relação dos agentes com o Programa se dá por meio da Coordenação da SEAE, que mantém permanente comunicação, estabelecendo os planos de trabalho e as prioridades. Registre-se que, embora oriundos de vínculos diferentes, a relação entre os agentes e a Coordenação é absolutamente harmônica, o que permite avançar nos desafios apresentados.

O trabalho ofertado na última gestão teve o seu reconhecimento social com a indicação do Programa como finalista, em 2014, do prêmio do Congresso Nacional de Informática Pública – CONIP 2014 e do Prêmio Governarte 2014 — A arte do Bom Governo, promovido pelo BID.

Pelo potencial apresentado por essas estruturas e, ainda, em função das dificuldades financeiras de caráter conjuntural, busca-se neste Plano de Trabalho ir muito além da garantia

da continuidade das ações implantadas, avançando para a implantação de três novas linhas de atuação, a saber:

- Estabelecer parcerias com as organizações formais representativas de setores da sociedade, a exemplo: FIEP, SEBRAE, FAEP/SENAR e outras, de forma a estruturar processos de formação profissional voltados aos arranjos produtivos regionais.
- Implantar o atendimento aos cidadãos que não dispõem de acesso à rede ou estão desabilitados para utilizá-la, viabilizando um “Tudo Aqui” virtual, onde seriam ofertados serviços de tutoria pelos monitores para o preenchimento de guias para acessar os serviços públicos e atendidas outras necessidades da população. Note-se que a universalização de serviços ofertados por meio eletrônico, na maior parte das vezes, só não se efetivam pelo desconhecimento, inabilidade ou insegurança do cidadão.
- Avaliar a possibilidade e os investimentos necessários para a utilização desses espaços pelos agentes públicos estaduais, principalmente nos municípios menores, para a promoção de reuniões a distância como forma de evitar deslocamentos de pessoas.

Justificativa:

Em que pese o Programa não contar com indicadores de qualidade e eficácia apenas numéricos, é possível atestar o grande potencial para o alcance de objetivos e metas mais ousadas. Pode-se afirmar que a ação já está consolidada junto às administrações municipais, o que representa mais um forte argumento para tratá-lo como uma ação estratégica, e, com o estabelecimento das parcerias em estudo, não haverá a necessidade de novos investimentos, concentrando sua necessidade de recursos no custeio de manutenção junto à CELEPAR.

Em síntese, frente às dificuldades econômicas pelas quais passam os setores públicos, o Programa aponta para várias oportunidades, além daquelas já em andamento, bastando, para tanto, uma revisão organizacional para adaptá-lo às novas demandas.

Com uma intensa divulgação dos serviços ofertados com linguagem própria dirigida à população, notadamente nos municípios de menor porte, é certo que as demandas por serviços deverá crescer exponencialmente, tornando estes espaços referências das comunidades para a solução de seus problemas. Ademais, ninguém melhor do que as organizações formais representantes dos setores econômicos para gerenciarem a oferta de capacitação. Quanto à utilização dos espaços pelos agentes públicos estaduais nos municípios, constata-se que essas condições deverão ser objeto de maior aprofundamento para assegurar sua viabilidade.

Descrição da Ação Realizada pela SEAE:

Tendo presente a autorização governamental (PROTOCOLO: 11.132.514-6, de 18/08/2011), que trata do Termo de Cooperação Técnica entre o Estado, representado pela Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos, e municípios para a implantação dos Espaços Cidadão, a SEAE coordenará um Grupo de Trabalho composto por técnicos da CELEPAR e mobilizará representantes das estruturas governamentais para, no tempo previsto no cronograma de trabalho, promover a dinamização desses espaços.

Principais Ações para o Período 2015-2018:

Consoante ao disposto na justificativa apresentada, o Programa Espaço Cidadão focará sua atuação em seis pilares:

- Promover junto às organizações formais representantes dos setores organizados da sociedade (FAEP, FETAEP, SEBRAE, OCEPAR etc) a construção de proposta de formação profissional, colocando-as como protagonistas do processo e direcionando ao atendimento das demandas dos arranjos produtivos locais.
- Universalizar a oferta do Espaço Cidadão para todos os municípios do Estado, em parceria com os municípios (criação de 66 novos espaços).
- Desenvolver junto à CELEPAR a formatação de um programa com vistas a permitir a utilização do Espaço Cidadão para a oferta de serviços (“Tudo Aqui” virtual).
- Promover estudo com vistas ao estabelecimento da utilização dos espaços pelos agentes do governo estadual e das ações intersecretariais, o que resultará em economicidade, uma vez que evitará deslocamentos desnecessários.
- Aprimorar o Sistema Gestor do Espaço Cidadão junto à CELEPAR, viabilizando funcionalidades que promovam o armazenamento de convênios, fotos e a integração com o BI (Business Intelligence) e com o sistema de Gestão de Relacionamentos (GIR).
- Realizar, no âmbito da inovação e sustentabilidade do programa, estudos de viabilidade de integração com o Projeto REDE 399, do uso de Wi-fi nos Espaços, além da reciclagem de eletrônicos.

Ademais às ações enumeradas, outras de caráter continuado serão mantidas, pois representam a segurança operacional do programa:

- Ampliar o parque de equipamentos: prospectar recursos de parcerias a serem efetivadas objetivando ampliar o número de equipamentos de 4.000 para 5.600, o que representará um crescimento de 40%.
- Desenvolver um arranjo operacional com vistas a implantar nos espaços um ponto de recepção e destinação de reciclagem eletrônica.
- Promover contínuos processos de qualificação dos colaboradores atendentes, com vistas ao desenvolvimento de novos trabalhos.
- Desenvolver um módulo de qualificação em redes sociais fomentando seu uso como mecanismo de interação com os Espaços Cidadão e disseminação de boas práticas.
- Revisar periodicamente os serviços de governo eletrônico a serem priorizados para os Espaços Cidadão.
- Estabelecer parceria com o Programa CELEPAR Cidadã – Inclusão da Pessoa Idosa, transformando os Espaços Cidadão em ambientes multiplicadores desse projeto no município.
- Realizar levantamento de equipamentos para o atendimento de novos espaços e estabelecer parcerias com instituições, visando a cessão de computadores.
- Após viabilizar o piloto Wi-fi, realizar um plano de expansão e implementação desta tecnologia, visando ampliar a disponibilidade de Internet além do horário aberto ao público.

Cronograma de Trabalho:

Atividades		2015									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Construção de proposta de formação profissional junto a representantes das organizações (FIEP, SEBRAE, FAEP/SENAR e outras), colocando-as como protagonistas do processo e direcionada ao atendimento das demandas dos arranjos produtivos locais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2	Universalização da oferta do Espaço Cidadão para todos os municípios do Estado, em parceria com os municípios (criação de 66 novos espaços)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3	Desenvolver junto à CELEPAR a formatação de um programa com vistas a permitir a utilização do Espaço Cidadão para a oferta de serviços ("Tudo Aqui" virtual)	X	X	X							
4	Promover estudo com vistas ao estabelecimento da utilização dos espaços pelos agentes do governo estadual e das ações intersecretariais, o que resultará em economicidade uma vez que evitará deslocamentos desnecessários	X	X	X							
5	Aprimorar o Sistema Gestor do Espaço Cidadão junto à CELEPAR, viabilizando novas funcionalidades e a integração com o BI (Business Intelligence) e com o sistema de Gestão de Relacionamentos (GIR)			X	X	X	X				
6	Realizar, no âmbito da inovação e sustentabilidade do programa, estudos de viabilidade de integração com o Projeto REDE 399, do uso de Wi-fi nos Espaços					X	X	X			
OUTRAS AÇÕES											
7	Ampliar o parque de equipamentos: prospectar recursos de parcerias a serem efetivadas objetivando ampliar o número de equipamentos de 4.000 para 5.600, o que representará um crescimento de 40%		X	X	X	X					
8	Estabelecer parceria com o Programa CELEPAR Cidadã – Inclusão da Pessoa Idosa, transformando os Espaços Cidadão em ambientes multiplicadores desse projeto no município	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

A programação para os anos subsequentes será definida a partir da constituição das equipes de trabalho.

Meios Necessários para a Realização do Trabalho:

No processo de viabilização de equipamentos e cursos, são essenciais a formalização de parcerias que, atualmente, se dão pelo Banco do Brasil e pelo Sistema "S", respectivamente.

Outro insumo essencial para a continuidade do projeto é a viabilização do contrato de prestação de serviço de Tecnologia da Informação com a CELEPAR, que assegura o suporte técnico aos Espaços Cidadão e a manutenção do Sistema Gestor (SGP).

Além desses pontos, faz-se necessário viabilizar junto à Secretaria de Comunicação Social processos de ampla divulgação das novas ações dos Espaços Cidadão; estabelecer parceria com os municípios para disponibilização de imóveis e mobiliários e prover meios necessários ao transporte dos equipamentos a serem recebidos em doação.

Produtos Esperados:

- Capacitações profissionais coordenadas por representantes das organizações (FIEP, SEBRAE, FAEP/SENAR e outras) voltadas para o mercado de trabalho local.
- Geração de emprego e renda por meio da qualificação profissional para atendimentos dos APL's locais.
- Oferta de serviços de governo eletrônico para atendimento das demandas dos cidadãos ("Tudo Aqui" virtual).
- Estudo para definir a viabilidade da utilização dos espaços por agentes do governo estadual e para a realização de ações intersecretariais.
- Inclusão digital ofertada para as comunidades locais.
- Universalização dos Espaços Cidadão no Estado do Paraná.

Equipe Técnica:

Equipe núcleo:

- 01 Gestor do Projeto na SEAE.
- 04 técnicos, sendo 03 da CELEPAR e 01 da SEAE, para atuar nas atividades técnicas e operacionais, acompanhamento e suporte aos telecentros, inclusive na área de convênios.
- 01 técnico da SEAE para atuar na área de cursos e capacitações.

Equipe indireta:

- Call Center CELEPAR para o atendimento técnico de 1º nível, registro de chamadas e contratação do suporte técnico realizado pelas Regionais da CELEPAR.
- Equipe da CELEPAR para dar suporte e atuar nas soluções de modernização junto aos municípios.

RELAÇÕES ESTRATÉGICAS COM A SOCIEDADE

Trata-se de um conjunto de programas, projetos e ações que foram priorizadas pela Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos na área social. A maior parte deles teve início na última gestão do governo, no âmbito da Vice-Governadoria. Dentre essas ações, destacam-se: Formação de Gestores para o Terceiro Setor; Programa UPS-Cidadania; Comitê Intersecretarial de Saúde Mental e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Outras duas novas ações foram incorporadas ao trabalho: Mobilização pelos Desaparecidos e Centro de Orientação a Imigrantes com Visto Humanitário.

FORMAÇÃO DE GESTORES PARA O TERCEIRO SETOR

Descrição Geral da Ação – Situação Problema:

O Terceiro Setor no Brasil ocupa um espaço de notória relevância e um papel decisivo na sociedade, principalmente na prestação de serviços públicos que, por definição, deveriam ser diretamente ofertados pelo poder público. Sua importância cresce na medida em que o setor se especializa, passando a agregar qualidade e eficiência aos serviços, apresentando custos inferiores aos do setor público.

A atuação dessas instituições em parceria com o poder público nas mais diversas áreas e o significativo número de beneficiários atendidos confirmam este como um caminho sem volta. No Brasil, existem mais de 250 mil entidades do Terceiro Setor, que empregam cerca de 2 milhões de pessoas. Pesquisas do IBGE concluíram que 15 milhões de brasileiros já doaram recursos para essas entidades. Há, também, cerca de 2 milhões de voluntários trabalhando. No entanto, apenas 7% dos jovens brasileiros participam de alguma atividade voluntária, enquanto que, nos Estados Unidos, essa porcentagem chega a 62%, o que demonstra um potencial ainda maior de crescimento do setor.

No Paraná, pela característica empreendedora do seu povo, o Terceiro Setor traz a marca de pioneirismo em muitos movimentos. Apenas para apontar algumas iniciativas aqui concebidas, ou reconhecidas nacionalmente por sua força, aponta-se: Pastoral da Criança, Movimento APAEANO, Hospitais Filantrópicos, Comunidades Terapêuticas, associações de portadores de doenças raras, entidades de proteção ambiental, entre outras. Certamente, os atendimentos prestados por essas instituições atingem milhões de cidadãos paranaenses.

Em que pese o crescimento dos movimentos formais organizados, identifica-se a crescente dificuldade da manutenção da relação dessas organizações com o poder público frente às novas exigências formais necessárias para o estabelecimento de parcerias. Nos exercícios de 2013 e 2014, o Governo do Estado desenvolveu uma programação de capacitação com conteúdos adequados para as necessidades das organizações, numa ação integrada que envolveu SEAE, SEAP, Vice-Governadoria, Tribunal de Contas do Paraná e com a participação de outras organizações do setor privado.

Esta iniciativa permitiu que houvesse a qualificação de mais de 3.000 gestores de entidades em todo o Paraná, na modalidade de EAD, e teve como reflexo a superação de muitas dificuldades enfrentadas pelas organizações, principalmente nos processos de elaboração de projetos e prestação de contas.

Ao mesmo tempo, fica cada vez mais evidenciada a necessidade de se estabelecer uma normatização das relações dessas organizações com o poder público capaz de atender, com critérios de eficiência e justiça, as prioridades demandadas pela sociedade.

Justificativa:

A complexidade da gestão das organizações cresce na medida em que o trabalho aumenta e o controle público e social se aperfeiçoa. Pode-se utilizar como exemplo as prestações de contas às governamentais repassadoras de recursos e ao Tribunal de Contas. As mudanças das normas legais são constantes, o que enseja a necessidade de um contínuo processo de capacitação das pessoas que administram essas organizações, uma vez que, não havendo o atendimento às normativas requeridas, as entidades ficam desabilitadas para dar continuidade ao atendimento.

Desse modo, garantir a continuidade dos processos é assegurar ganhos importantes de tempo e recursos para os agentes conveniados e para as instituições públicas que podem assegurar o cumprimento dos trabalhos com a eficiência requerida. A qualificação iniciada no biênio anterior priorizou nos seus conteúdos as áreas de Políticas Públicas e Legislação; Planejamento de Comunicação; Elaboração de Projetos; Gestão de Pessoas; Plano de Negócios; Lei de Acesso à Informação; e Novo Panorama das Transferências e o Sistema Integrado – SIT/TCE. Hoje, após avaliação ex-post, pode-se trabalhar o aperfeiçoamento desses conteúdos, direcionando-os a aspectos mais operacionais.

Ainda no que se refere às organizações do Terceiro Setor e aproveitando o grande engajamento decorrente da iniciativa, foi possível ouvir as opiniões de centenas de participantes que apontaram várias imperfeições na relação entidades/Estado.

Assim, cumpre registrar a necessidade do desenvolvimento de estudo capaz de identificar as imperfeições da relação entre o poder público e essas organizações, estabelecendo um marco disciplinador em que os critérios de escolha, exigências processuais, qualificação dos trabalhos, entre outros pontos, possam ser premissas conhecidas por ambas as partes na formulação das parcerias.

Descrição da Ação Realizada pela SEAE:

Para evitar a descontinuidade da ação, a SEAE propõe a conclusão do processo de formação em curso, que demanda a realização de módulo sob responsabilidade do Tribunal de Contas. Faz-se necessária, ainda, a constituição, desde já, de um grupo de trabalho a contar com representantes formais das organizações e representantes das secretarias de Justiça, Trabalho e Desenvolvimento Social, Saúde e Educação, com o apoio da Escola de Governo da SEAP, com o propósito de revisão dos conteúdos ofertados. Este processo participativo certamente garantirá o atendimento das necessidades das organizações e facilitará sobremaneira o trabalho das instituições governamentais.

Ao mesmo tempo, a SEAE avaliará a possibilidade desse mesmo grupo iniciar, sob a orientação do IPARDES, estudo com objetivo de tornar a relação com as entidades mais harmônica, amparada por regimentos consensuados.

Principais Ações para o Período 2015-2018:

No que se refere ao Curso de Formação de Gestores para o Terceiro Setor:

- Garantir a oferta do módulo sob responsabilidade do Tribunal de Contas para completar os conteúdos ofertados em 2014.
- Estabelecer indicadores de aproveitamento e de avaliação (interna e externa) e definir a programação para 2015.
- Aprimorar os conteúdos dos módulos ofertados com base nas avaliações junto às organizações e às instituições governamentais.
- Buscar parcerias com o setor privado e organizações internacionais para apoiarem técnica e financeiramente o desenvolvimento dos processos de capacitação.
- Compor grupo de trabalho com a participação de técnicos do Estado e das organizações da sociedade para definir os novos conteúdos para o próximo curso.

No que se refere ao estudo para o estabelecimento de novo regramento da relação com o Terceiro Setor:

- Compor grupo de trabalho contando com a participação das entidades governamentais e representantes formais das federações representativas do Terceiro Setor para alcançar um novo regramento da relação entre as partes.

Cronograma de Trabalho:

Atividades	2015									
	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1 Ofertar o módulo do TCE	X	X	X						ou X	
2 Aprimoramento dos conteúdos dos cursos para o exercício de 2015	X	X	X	X						
3 Inscrição para o curso - exercício de 2015	X	X								
4 Realização do curso					X	X	X	X	X	X
5 Definição de Grupo de trabalho para a realização de estudo do novo marco regulatório da relação com o Terceiro Setor	X	X								
6 Desenvolvimento do estudo sob o novo marco regulatório		X	X	X	X	X	X			
7 Realização de três encontros para apresentação do novo regulamento das relações								X		
8 Formalização do marco regulatório em decreto									X	

A programação para os anos subsequentes será definida a partir da constituição das equipes de trabalho.

Meios Necessários para a Realização da Ação:

Contar com a indicação de representantes das instituições relacionadas e representantes das organizações do Terceiro Setor para:

- Coordenar a adequação dos conteúdos dos cursos ofertados, sob a coordenação da Escola de Governo, com indicação de representante da SEAP.
- Garantir junto à CELEPAR o suporte das atividades que envolvem TIC.
- Providenciar os meios necessários e o patrocínio de organizações representativas da iniciativa privada para o desenvolvimento de estudo para o aprimoramento da relação Poder Público/Terceiro Setor, sob coordenação da SEAE.

Produtos Esperados:

- Curso de capacitação na área de gestão para representantes do Terceiro Setor, ministrado para 1500 participantes.
- Regulamento da relação do poder público estadual com as entidades do Terceiro Setor previsto em Decreto devidamente sancionado.

Equipe Técnica:

- 01 técnico da Escola de Governo responsável pela ação.

PROGRAMA PARANÁ SEGURO – UPS CIDADANIA

Descrição Geral da Ação – Situação Problema

O Programa de Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania – UPS-Cidadania foi implantado em 2012 com o objetivo de desenvolver ações integradas de mobilização social nas comunidades onde estão localizadas as Unidades Paraná Seguro (UPS), objetivando garantir a efetividade das ações de segurança. Estudos na área de segurança e inteligência, coordenados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), demonstram a necessidade de uma ação voltada ao desenvolvimento da cidadania local, sob pena de se colocar em risco o esforço inicial empreendido na área de segurança, que resultou na redução de índices de criminalidade.

Assim, foi projetado o Programa UPS-Cidadania que prevê ações de caráter socioeconômico e está pautado por um ordenamento lógico e sequencial, reunindo ações de desenvolvimento e de garantia de direitos sociais nas comunidades do Bairro Uberaba, Bairro Parolin, Bairro Tatuquara, Bairro Cajuru, Vila Sabará/CIC, Vila Verde/CIC, Vila Nossa Senhora da Luz/CIC, Vila Caiuá/CIC, Vila Sandra/CIC, Vila Osternack, Vila Trindade em Curitiba; Jardim Interlagos em Cascavel; Bairro União da Vitória em Londrina; Vila Zumbi em Colombo; Bairro Guatupê em São José dos Pinhais.

Numa ação coordenada à época pela Vice-Governadoria e Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), foi estabelecido o Comitê Gestor do Trabalho e definida como unidade coordenadora da implantação das ações a SEJU. A continuidade desta parceria, agora na SEAE, justifica-se face a experiência do grupo técnico envolvido com o trabalho e a integração demonstrada entre os técnicos de ambos os setores, o que foi decisivo para o alcance dos resultados, baseados em diagnósticos e estudos técnicos e científicos do IPARDES, IBGE, FIEP/SESI, Universidades, entre outros. Tais resultados foram registrados em relatórios que apontaram, no último exercício, que o Programa atendeu diretamente 40 mil pessoas.

Outro avanço importante foi o fortalecimento da integração com todas as prefeituras dos municípios onde foram instaladas as Unidades Paraná Seguro, cujas parcerias foram formalizadas mediante assinaturas de Termos de Cooperação Técnica, com a formação de grupos gestores do Programa e de diagnósticos socioeconômicos das comunidades de cada uma das UPS, por meio do emprego das metodologias “Árvore de Atitude” e “Círculo do Diálogo”, que possibilitaram compatibilizar as ofertas institucionais com as demandas locais e ancorar aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU.

Registre-se que, de todas as conquistas do Programa, a maior se refere à construção da rede de parceiros da iniciativa privada e do setor público e representantes da sociedade organizada que, por acreditar na ação, vêm somando esforços para garantir a prestação de inúmeros serviços às comunidades. Dentre tais parceiros, destacam-se os constantes no quadro AÇÕES / PROJETOS 2015-2018, apresentado na sequência.

Finalmente, ressalta-se que a integração com a PMPR, com os Comandantes das UPS, com a Polícia Civil e com as lideranças comunitárias é um processo em permanente construção, que requer estratégias próprias, sob pena de colocar em risco os avanços alcançados.

Justificativa:

No início do trabalho, em diagnóstico preliminar, foi possível elencar uma série de problemas que contribuíam significativamente para justificar o quadro de violência e descrédito das comunidades com o Poder Público, dentre eles destacavam-se:

- a) ausência de saneamento básico, áreas de invasão, lixo acumulado nas ruas, vias públicas sem asfalto e sem calçada, falta de iluminação pública em praças, ruas e parques, estrutura de segurança, mato alto, construções abandonadas;
- b) crianças fora da escola no contraturno;
- c) gravidez na adolescência;
- d) envolvimento de crianças e adolescentes com drogas;
- e) consumo de álcool e drogas por grande parte da população de baixa renda;
- f) falta de documentos (RG, CPF, CTPS);
- g) falta de trabalho e renda para jovens e adultos.

A partir desse diagnóstico preliminar, para minimizar os efeitos dos problemas identificados, as seguintes áreas de atuação foram priorizadas pelo Comitê Gestor do Programa:

- a) limpeza de vias públicas e saneamento básico;
- b) confecção de documentos;
- c) prevenção e combate à drogadição;
- d) educação, trabalho e renda para adolescentes (menor aprendiz), crianças (contraturno) e adultos (reciclagem e cooperativas sociais);
- e) diagnóstico e mobilização social.

No 2º ano de intervenção, o trabalho foi o de intensificar as ações iniciadas e avançar para outras possibilidades diagnosticadas como prioritárias. Não obstante as conquistas registradas, constata-se que o nível de participação e comprometimento de algumas áreas do Poder Público estão muito aquém do projetado, o que implica na insatisfação da comunidade e em prejuízo para todo o trabalho. O caso da área da saúde é bastante emblemático, bem como da área de meio ambiente, por se tratar de atendimento municipalizado e nem sempre contar com integração harmoniosa com o Estado.

Ações de saúde propostas pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA):

Ação 1 – Promover atenção eficaz ao pré-natal e parto.

Ação 2 – Promover atenção eficaz à criança até 01 ano.

Ação 3 – Promover ações de saúde como combate a dengue; vigilância em saúde ambiental (água, lixo, dejetos, contaminantes químicos, vetores, zoonoses e animais peçonhentos); saúde do idoso, HIV/DSTs, Hanseníase e Tuberculose.

Ação 4 – Implantar programas de promoção de saúde e prevenção à violência.

Ação 5 – Organizar o atendimento de urgência/emergência em todo o Paraná.

Ação 6 – Implantar serviço especializado para o atendimento a usuários de drogas.

Ação 7 – Promover ações de promoção da saúde e prevenção ao uso de drogas.

Ação 8 – Promover ações de conscientização e prevenção de doenças como diabetes

e hipertensão.

Ações ambientais propostas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA):

Ação 1 – Acompanhar a secretarias municipais de meio ambiente (SMMA) e de obras públicas (SMOP) no desenvolvimento das ações de Educação Ambiental, de tal forma que estejam harmonizadas com as políticas estaduais.

Ação 2 – Acompanhar, em parceria com o Instituto das Águas do Paraná, a SMMA nas ações de limpeza dos rios e córregos das regiões, de tal forma que estejam harmonizadas com o Plano de Bacias do Alto Iguaçu.

Ação 3 – Acompanhar a SMMA na implantação dos barracões de recicláveis Ecocidadão, de tal forma que estejam harmonizadas com as diretrizes para a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Ação 4 – Em parceria com o Instituto das Águas do Paraná, levantar o potencial de riscos de inundações e riscos geológicos nas UPS e cruzar mapas destas UPS com mapa de inundações do Plano Diretor de Macrodrenagem do Município.

Ação 5 – Em parceria com a Defesa Civil, desenvolver um sistema de alerta de eventos severos, principalmente chuvas. Este sistema funcionará permanentemente após desenvolvido.

Ação 6 – Em parceria com a Defesa Civil, desenvolver um Plano de Contingência para as UPS. Este Plano funcionará permanentemente após desenvolvido.

Ação 7 – Em parceria com a COHAPAR e companhias municipais de habitação, realizar a regularização fundiária.

Assim, o maior desafio para os próximos anos é o de garantir o compromisso de todos os parceiros do poder público, notadamente daqueles prestadores de serviços mais demandados pela população, no sentido de apresentar proposta de retomada ou fortalecimento do trabalho.

Lembre-se que o Programa está em consonância ao que estabelece a Lei Estadual nº 18.377, de 15 de dezembro de 2014, que define as Ações Integradas de Desenvolvimento e Cidadania em áreas cujas comunidades se encontram em situação de vulnerabilidade social, e representa uma grande oportunidade para a extensão do modelo desenvolvido para outras comunidades em risco social.

Descrição da Ação a ser Realizada pela SEAE:

Em ação complementar à SEJU, a SEAE será responsável pela articulação das iniciativas com os poderes públicos nas suas diversas instâncias, com a sociedade e suas representações e com a iniciativa privada, com vistas a garantir a crescente participação de todos estes atores e a intensificação dos trabalhos.

Cronograma de Trabalho:

Programação estabelecida com a SEJU, havendo necessidade de algumas ações específicas sofrerem ajustes após o estabelecimento dos acordos com as instituições/unidades municipais, estaduais, federais e outras instituições parceiras.

Atividade		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Capacitação de Gestores e lideranças comunitárias	X		X					X		X
2	Elaboração de Plano de Contingência – Defesa Civil	X	X	X							
3	Formalização do trabalho junto às parcerias: empresariado, Terceiro Setor e voluntariado		X	X		X				X	
4	Ação permanente de planejamento e monitoramento de ações integradas entre a UPS Segurança e Cidadania	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
5	Elaborar diagnóstico Socioeconômico e construção de um índice capaz de mensurar a evolução temporal das UPS (IPARDES, IEES, SESI etc.)					X	X	X	X	X	X
6	Implantação de grupos gestores municipais – 2015					X					
7	Promover feiras de serviços voltadas à cidadania			X			X		X		
8	Articulação da Rede de Trabalho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
8	Acompanhamento de Projetos (conforme quadro a seguir)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

O detalhamento das ações previstas para o período 2015-2018 está apresentado em anexo à presente proposta.

Meios Necessários para a Implantação dos Trabalhos:

É de suma importância o envolvimento de toda a rede de parceiros em consonância com suas atribuições e competências.

Indicação de representantes das instituições públicas que atuarão como “ponto focal” do programa em suas instituições (titular e suplente).

Produtos Esperados:

- Mensuração do avanço socioeconômico nas UPS.
- Otimização do uso dos equipamentos sociais.
- Diminuição nos índices de violência e criminalidade.
- Identificação de outras comunidades vulneráveis para início de trabalhos preventivos que evitem a necessidade de implantação de novas UPS Segurança.

Equipe Técnica:

SEJU: equipe composta, no mínimo, por 05 (cinco) técnicos com formação superior e 03 (três) estagiários.

SEAE: equipe composta, no mínimo, por 02 (dois) técnicos com formação superior.

Anexo 1 – Programa: UPS Cidadania

AÇÕES / PROJETOS 2015-2018

Ação	Ação Proposta ¹ / Instituições Proponentes
Ações e Projetos Comunitários (Educação, Profissionalização, Esporte, Cultura, Saúde, Atendimento Jurídico)	Instituto Wilson Picler (IWP/UNINTER) Fazendo Renda – Colombo* Secretaria Municipal da Mulher – Londrina Bordando a História de Londrina*
Identidade Cidadã / Criança Protegida	Instituto de Identificação do Paraná (IIPR) e TJPR Identidade Cidadã – Londrina/Cascavel*
Trabalho e Empreendedorismo	Agência do Trabalhador Descentralização dos Serviços da Agência do Trabalhador – Cascavel* Banco do Empreendedor – Colombo/Londrina/Cascavel*
Curso Cozinha Brasil	FIEP/SESI Curso SESI Cozinha Brasil Cozinha Brasil – Colombo*
Aprendizagem para Menores e Jovens e Encaminhamento para o Trabalho	Associação Beneficente Curitiba (ABC VIDA)
Profissionalização para Asseio e Conservação e Encaminhamento para o Trabalho	Fundação de Asseio e Conservação (FACOP) Cursos Profissionalizantes para Asseio e Conservação e Encaminhamento para o Trabalho – Colombo*
Microcréditos e Benefícios Sociais	Caixa Econômica Federal Microcrédito Crescer Caixa – Cascavel*
Microempreendedorismo	SEBRAE Atendimento aos Microempreendedores Individuais – MEI (Orientação e Formalização) e do Programa Negócio a Negócio – NaN (Atendimento e Visita)
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)	FIEP/SENAI Divulgação de Cursos PRONATEC e Cursos de Qualificação Profissional Básica da escola SENAI do município e do entorno. Divulgação e matrícula em Cursos de Iniciação Profissional – Mídia Impressa EaD – Competências Transversais e Os Especialistas. PRONATEC/SENAI – Londrina*
Escola Cidadã / Atividades de Contraturno	Secretaria Municipal de Educação de Londrina Pró Jovem Urbano* Escola de Pais* Secretaria de Estado da Educação (SEED) Vila da Cidadania em Londrina*

¹ Termo de Cooperação Técnica (TCT), assinados pelo Governo do Estado do Paraná com os Municípios de Curitiba, São José dos Pinhais, Colombo, Cascavel e Londrina, e FIEP/SESI/SENAI.

* Projetos apresentados, discutidos e selecionados nos eventos UPS-Cidadania Fortalecendo a Rede de Parceiros realizados no dia 03/04/2014 na Vila Zumbi – Colombo, no dia 13/05/2014 no Jardim Interlagos – Cascavel e no dia 10/06/2014 no União da Vitória – Londrina, envolvendo todas as lideranças comunitárias da região.

<p>Universidade Sem Fronteiras</p>	<p>Faculdade de Artes do Paraná (FAP/UNESPAR) Cinema Brasileiro na Escola – proposta metodológica para o ensino do cinema brasileiro, capacitação dos professores de artes e de língua portuguesa – Janela Periférica.</p> <p>Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Promoção de Saúde e Bem Estar – ações de saúde e cidadania através de atividades esportivas, diagnóstico social, palestras educativas. Promoção de Saúde e Bem Estar: contribuição da Unioeste para a consolidação da Unidade Paraná Seguro (UPS) – Cascavel*</p> <p>Universidade Estadual de Londrina (UEL) Maria da Penha – resgate da dignidade na violência doméstica. Educação para Preservar o Meio Ambiente – vivências com sons, imagens e cores.</p> <p>Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) Adolescentes gestantes e suas relações com o meio sociocultural. Processo de territorialização das áreas I e II da unidade de saúde Lotiguaçu. O binômio do professor x aluno frente a alfabetização científica.</p>
<p>Educação para a Paz</p>	<p>Universidade Estadual Ponta Grossa (UEPG) Curso de educação para a paz. Educação para a Paz – Colombo*</p>
<p>Ações Educacionais e Religiosas</p>	<p>Federação de Amor – Exigente (FEAE) Programa Amor Exigente de Ajuda para Desenvolvimento da Organização Familiar. Amor Exigente na Escola – Colombo/Londrina*</p>
<p>Orientação Educacional para o Trânsito e Mobilidade Urbana</p>	<p>DETRANPR Orientação educacional para o trânsito / mobilidade urbana.</p>
<p>Ambiente de Inclusão Digital</p>	<p>CELEPAR Ambiente de inclusão digital</p> <p>Instituto Mundo Melhor (IMM) Inclusão Digital e Qualificação Profissional (Ônibus Expresso da Informática) Expresso da Informática no Jardim Ana Terra em Colombo*</p>
<p>Espaço Cidadão (Telecentros)</p>	<p>Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE) Instalação de Telecentros Espaço Cidadão em todas as UPS Transmissão de web conferências Espaço Cidadão Telecentro – Colombo*</p>
<p>Espaço Cidadão Móvel</p>	<p>Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SEAE) Espaço Cidadão móvel (ônibus com estrutura completa para cursos de corte e costura)</p>
<p>Cultura (Biblioteca Cidadã, Incentivo à Leitura, Teatro Infantil)</p>	<p>Secretaria de Estado para Assuntos Estratégicos (SEAE) e CELEPAR Biblioteca Cidadã em Londrina* Central Única das Favelas Cultura Urbana para Todos – Formando Cidadão – Cascavel*</p>

Taekwondo na Escola	<p>Secretaria de Estado do Esporte (SEES) e Federação Paranaense de Taekwondo (FPTKD) Iniciação à luta marcial Taekwondo. Incentivar as artes marciais ofertando vestuário e equipamentos. Taekwondo nas UPS – Cascavel*</p> <p>Fundação de Esporte de Londrina Projeto do Futuro – Londrina*</p> <p>ANJUSS/HOJE E IGREJA BOLA DE NEVE: Esportes Radicais (skate, escalada, motocross, motobike, bicicross).</p>
Cadastro de tarifa social de água Redes de esgoto e de água Recuperação e ampliação de Rede Urbana Conscientização e Educação Sustentável (Palestra)	<p>SANEPAR) Sanepar nos Bairros – Colombo/Londrina/Cascavel*</p>
Cadastro de tarifa social de luz Rede elétrica Palestras em escolas sobre eficiência energética Hortas sob redes de alta tensão Posto de atendimento móvel	<p>COPEL Energia Elétrica Cidadã – Colombo/Londrina/Cascavel*</p> <p>ITAIPU Cultivando Água Boa – Cascavel*</p>
Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	<p>Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Colombo* Defesa de Direitos – Colombo*</p> <p>Vialle Advogados Associados Direito no Bairro – Cascavel*</p>
Segurança Pública	<p>Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) Polícia Militar do Paraná (PMPR) UPS Integrada – Londrina*</p> <p>CONSEG SUL – Londrina Mecanismo rápido para atendimento à comunidade – Londrina*</p> <p>Defesa Civil Núcleo de Defesa (Orientações) – Cascavel*</p>
Violência e Drogadição	<p>Conselho Municipal Antidrogas Multiplicadores Comunitários – Cascavel*</p>
Saúde	<p>Associação Beneficente Curitibana (ABC VIDA) Atendimento Médico e Odontológico (Ônibus Linha da Vida) Programa de Qualidade de Vida – Colombo*</p>

MOBILIZAÇÃO PELOS DESAPARECIDOS

Descrição Geral da Ação – Situação Problema:

Quando um caso de desaparecimento de uma pessoa é constatado, as famílias iniciam uma peregrinação, utilizando-se de todos os mecanismos de segurança pública e da mídia. O anseio é que a investigação seja breve, que a divulgação das informações seja efetiva e rápida e que todo o processo seja transparente para a família que, neste momento de muita sensibilidade emocional, carece de um tratamento humanizado por parte de todos os agentes envolvidos.

No Paraná, a partir de março de 2013, visando agilizar os procedimentos de investigação e a disseminação da informação, foi disponibilizado pela internet, por meio do Boletim Único (BOU), o cadastramento de ocorrências de desaparecimento, onde o sistema prioriza este atendimento em relação às demais. Os casos de crianças até 12 anos são tratados pelo Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (SICRIDE) e de pessoas maiores de 12 anos pela Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Como elemento de apoio ao processo de análise da situação, apresenta-se os números de desaparecimento do último semestre de 2014:

Mês/2014	Desaparecidos	Encontrados	%Pessoas Encontradas	Permanecem Desaparecidos
Julho	559	342	61,18	217
Agosto	625	347	55,52	278
Setembro	617	346	56,07	271
Outubro	642	335	52,18	307
Novembro	600	318	53,00	282
Dezembro	651	332	50,99	319
Média	615	336	54,82	

Justificativa:

No início de 2014, a Casa Civil recebeu um grupo de familiares de pessoas desaparecidas no Paraná, quando foram feitas inúmeras reivindicações. A incumbência pelo trabalho foi delegada à SEAE, que constituiu um grupo de trabalho intersecretarial com a participação de familiares dos desaparecidos e elaborou proposta de decreto que tramita nas instâncias do Executivo propondo a instituição da Política Estadual sobre Pessoas Desaparecidas no Paraná.

Diante dessa atribuição, compete à SEAE organizar e propor um plano de trabalho para o período, buscando a articulação e o alinhamento de ações em torno do Programa.

Descrição da Ação Realizada pela SEAE:

Em cumprimento ao que foi designado, a Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos está coordenando o Grupo de Trabalho que conta com a participação da SEJU,

SESP, SEED, SETI, SESA, SEDS, Assessoria da Juventude e representantes de familiares de pessoas desaparecidas, objetivando o disciplinamento para a implantação dos trabalhos, a articulação entre os atores, a construção de ritos processuais que superem dificuldades de ordem burocráticas e que, no decorrer do desenvolvimento das atividades, possa ofertar ao Poder Público Estadual a possibilidade de implantação de uma Política que atenda os anseios da sociedade paranaense com relação ao tema tratado.

Principais Ações para o Período 2015-2018:

- Formalizar a Política Estadual para Pessoas Desaparecidas por meio de assinatura de Decreto e da sua regulamentação.
- Formalizar parcerias com vistas ao atendimento psicológico aos familiares de pessoas desaparecidas.
- Buscar a integração do Paraná na Política Federal de pessoas desaparecidas.
- Elaborar plano de Comunicação.
- Integrar as iniciativas de portais de Pessoas Desaparecidas do Estado do Paraná.
- Integração de sistemas informatizados para a verificação e localização de pessoas desaparecidas.
- Estabelecer novas parcerias com outros poderes (ex: Ministério Público, Tribunal de Justiça, entre outros).

Cronograma de Trabalho:

Atividades		2015									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Assinatura do Decreto	X									
2	Assinatura do Termo de Cooperação – atendimento familiares		X								
3	Aproximação e integração com a Política Federal				X						
4	Produção do Plano de Comunicação			X	X	X	X				
5	Produção de novo site e integração de sistemas		X								

A programação para os anos subsequentes será definida a partir da constituição das equipes de trabalho.

Meios Necessários para a Realização da Ação:

- Custeio para deslocamento da equipe.
- Equipamentos para divulgação de imagens.
- Recursos para produção de Plano de Comunicação e para veiculação de imagens.
- Produção de site e ajustes na integração de sistemas.

Produtos Esperados:

- Instituição da Política Estadual para Pessoas Desaparecidas.
- Implementar a rede de comunicação mobilizada para a divulgação e busca das pessoas desaparecidas do Paraná.
- Elevação do número de pessoas encontradas e encaminhadas às respectivas famílias.
- Redução do número de casos de desaparecimentos em função das ações preventivas adotadas.

Equipe Técnica:

- 01 Coordenador do projeto na SEAE e os demais técnicos envolvidos serão oriundos das instituições parceiras.

AÇÕES INTERSECRETARIAIS DE SAÚDE MENTAL

Descrição Geral da Ação – Situação Problema:

O tema Saúde Mental, embora cada vez mais discutido pela sociedade, ainda gera muitas dúvidas, principalmente para as famílias que enfrentam problemas nessa área. Os membros de uma família que tem um de seus entes passando pela problemática do envolvimento com o uso de drogas ou com uma situação de surto psicótico normalmente ficam perdidos, sem saber o caminho a seguir para procurar ajuda.

A desinformação e a falta de clareza em relação aos serviços ofertados à população é um desafio a ser enfrentado pelos órgãos públicos. Ao mesmo tempo, as iniciativas empreendidas pela sociedade não contam com o devido entrosamento com as políticas governamentais.

O tema tem características que lhe concedem grande importância: a complexidade do assunto e o grande contingente de pessoas com problemas. Segundo a Organização Mundial da Saúde, 12 % da população sofrem de problemas relacionados à saúde mental e dados da prática clínica apontam que 6 % da população tem problemas com álcool e outras drogas.

Com o propósito de dar uma visão de Estado ao tema saúde mental, o Governo do Paraná instituiu, em 2011, o Comitê Gestor Intersecretarial de Saúde Mental do Estado do Paraná (CISMEEP), composto por representantes de todos os setores estaduais com atuação na área e vinculados às seguintes secretarias de estado: SESA, SEDS, SEJU, SESP e SEED.

Ao longo dos últimos quatro anos, o Comitê vem atuando na qualificação de servidores e também na mobilização de regiões e municípios para a formação de Comitês Regionais e Municipais. Tarefa que ainda não chegou ao final.

Justificativa:

Por seu caráter intersecretorial e por contar em seu quadro com técnicos com grande conhecimento da área, a SEAE propõem articular e coordenar as atividades dos comitês e, assim, contribuir na condução dos problemas da área, ajudando a mitigar o sofrimento dos doentes e de seus familiares.

Descrição da Ação Realizada pela SEAE:

Coordenação de desenvolvimento, implantação e articulação das ações dos setores públicos e das instituições representantes da sociedade civil que atuam no setor, assegurando seu alinhamento às políticas de Saúde Mental no Estado do Paraná.

Principais Ações para o período 2015-2018:

- Assegurar o cumprimento do Decreto nº 637/2015 que define a Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos como responsável pelo desenvolvimento e articulação da implantação das medidas destinadas a ampliar a acessibilidade e equidade das ações de prevenção de agravos e promoção da saúde mental no âmbito do Estado do Paraná.
- Elaborar diagnóstico das ações com enfoque na Saúde Mental, promovidas pelo Governo do Estado, visando identificar a interação e articulação entre os diversos

- programas ou serviços prestados pela área pública estadual.
- Promover a interação e alinhamento das diversas ações da área de prevenção de agravos e promoção de Saúde Mental, potencializando esforços, minimizando sobreposições entre os diversos programas ou serviços prestados pela área pública estadual, articulando as ações nesta área.
 - Elaborar o Plano Estadual Intersetorial de Prevenção de Agravos e Promoção de Saúde Mental em conjunto com os órgãos e entidades do Governo do Estado, objetivando sua incorporação no plano plurianual das instituições estaduais.
 - Promover o monitoramento e avaliação das ações e serviços executados pelos órgãos e entidades do Governo do Estado, previsto pelo Plano Estadual Intersetorial de Prevenção de Agravos e Promoção de Saúde Mental.
 - Promover a descentralização de suas ações nas regiões administrativas do Estado, como a criação dos Comitês Regionais Intersetoriais de Saúde Mental, cuja a composição e atribuições estarão previstas no Regimento Interno.
 - Incentivar a criação e estímulo ao funcionamento de Comitês Municipais Intersetorial de Saúde Mental.
 - Propor a realizações de cursos, palestras e reuniões presenciais e a distância.
 - Auxiliar na realização do Fórum Estadual de Saúde Mental.
 - Adicionar à página eletrônica da SEAE textos e assuntos relacionados ao tema saúde mental.
 - Estruturar formas de comunicação direta para informações e orientações à população e um portal para conexão entre os Comitês.
 - Articular para que não ocorra descontinuidade da política pública estadual para as comunidades terapêuticas.
 - Conduzir a produção de materiais gráficos e audiovisuais.

Cronograma de Trabalho:

Por se tratar de Comitê Intersecretarial, o cronograma das ações deverá ser definido de forma conjunta com a participação de todos os envolvidos, uma vez que deve obedecer as ações já programadas nas diversas unidades executoras da política do setor.

Produtos Esperados:

- Comitês Regionais e Municipais Intersetoriais de Saúde Mental implantados em todo o Estado.
- Profissionais das áreas envolvidas no CISMEEP articulados, treinados e participativos.
- Fórum Estadual de Saúde Mental realizado anualmente.
- Página eletrônica da SEAE atualizada semanalmente.
- Portal de conexão/informação implantado e em funcionamento.
- Profissionais representantes das secretarias envolvidas com a matéria comprometidos e com tempo disponível para o CISMEEP.
- Publicação dos materiais gráficos e audiovisuais.

Equipe Técnica:

- 01 Técnico da SEAE para dar suporte administrativo.
- 01 Representante titular e 01 suplente de cada Secretaria (SESA/SEAE/SEDS/SEED/SEJU/SESP)

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Descrição Geral da Ação – Situação Problema:

O Paraná é o primeiro estado brasileiro a aprovar um documento que congrega toda a legislação pertinente à área da pessoa com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 18.419/15) foi amplamente debatido com vários setores da sociedade e teve a participação efetiva de entidades e representantes do segmento em todas as suas proposições por meio de audiências e consultas públicas.

Agora, a efetivação da lei torna-se o principal desafio do setor e o papel do governo estadual é fundamental para assegurar que todos os direitos previstos sejam colocados em prática.

Para tanto, algumas medidas que competem ao Executivo Estadual são urgentes e devem ser planejadas como ações de governo, a exemplo das seguintes demandas:

- Saúde: dificuldades de acesso a medicamentos específicos, equipamentos adequados para locomoção, tratamentos, terapias e estudos genéticos.
- Educação: melhoria na infraestrutura de escolas comuns para atendimento à pessoa com deficiência, qualificação de professores e funcionários e apoio às escolas conveniadas que são parceiras do governo na oferta educacional para este público.
- Trabalho: necessidade de qualificação de pessoas com deficiência para o mercado de trabalho e exigência do cumprimento da Lei de Cotas, que prevê determinado número de funcionários com deficiência conforme o porte da organização, seja pública ou privada.
- Assistência Social: melhoria e garantia de benefícios assistenciais, serviços de apoio às famílias que precisam trabalhar e ao mesmo tempo cuidar da pessoa com deficiência.
- Acessibilidade: melhorias em infraestrutura urbana, em locais públicos e nos meios de transporte, construção de moradias próprias para famílias com pessoas com deficiência.

Segundo o IBGE, 24% da população apresenta algum tipo de deficiência. Assim, no Paraná, o público a ser beneficiado por essas ações corresponde a, aproximadamente, 2,6 milhões de cidadãos. Frente a grandeza dos fatos e considerando a necessidade de articulação entre os diversos setores da administração pública para a efetivação desses direitos, a área assume papel estratégico para o governo estadual, que não pode permitir que o Estatuto e a Lei que o criou se tornem letra morta.

Justificativa:

Como a implementação do Estatuto tem um caráter estratégico e prioritário para o Estado do Paraná, que se constituirá em modelo para toda a nação, e pelo fato de que as ações necessárias para que isso ocorra passam pela articulação de diferentes secretarias de estado e de órgãos e/ou entidades da administração estadual, foi definido que a SEAE desenvolverá, em parceria com a SEDS, a coordenação da implantação das ações previstas no Estatuto.

Descrição da Ação Realizada pela SEAE:

- Articular a participação de todos os órgãos de Estado envolvidos com ações que venham de encontro à implementação do Estatuto.
- Acompanhar e assessorar os órgãos de Estado envolvidos com o tema para a regulamentação de seus procedimentos e criação dos mecanismos necessários à execução das ações previstas na Lei.
- Promover o cumprimento do definido pela Lei nº 18419/2015 de que todos os órgãos e/ou entidades do Estado devem criar a Área de Atenção Especial à Pessoa com Deficiência e designar funcionários habilitados para tratar com esse público.
- Indicar à Assessoria Especial para integração da Pessoa com Deficiência quem será o “Ponto Focal de Atendimento” para esta área na SEAE.
- Incentivar o desenvolvimento, por parte da Assessoria, de ações para a criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Participar da criação e fazer parte do Comitê Intersecretarial previsto na Lei, responsável pelo monitoramento e implementação de seus dispositivos.
- Acompanhar o envio, por parte do Poder Executivo, de Anteprojeto de Lei propondo a criação do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência.
- Elaborar relatórios mensais com o acompanhamento das ações realizadas pelo Comitê.

Cronograma de Trabalho:

Atividades		2015									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Indicar o funcionário que será o “Ponto Focal de Atendimento” na SEAE	X									
2	Participar da criação do Comitê Intersecretarial		X								
3	Participação das reuniões mensais do Comitê	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4	Elaboração de relatório referente às atividades desenvolvidas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

A programação para os anos subsequentes será definida a partir da constituição das equipes de trabalho.

Produto Esperado:

- Cumprimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência por parte do setor Público e da sociedade paranaense

Equipe Técnica: 01 coordenador na SEAE.

CENTRO DE ORIENTAÇÃO A IMIGRANTES COM VISTO HUMANITÁRIO

Descrição Geral da Ação – Situação Problema:

O Brasil assumiu a coordenação da Missão das Nações Unidas no Haiti em 2004 e, desde então, mantém grande efetivo das Forças Armadas atuando no processo de estabilização do país. Em 2010, com a ocorrência do terremoto que devastou o país, a missão brasileira assumiu cunho humanitário e o governo brasileiro abriu um precedente diplomático para expandir ainda mais seu apoio e ajuda ao povo haitiano, criando, em caráter especial, o Visto Humanitário. Desta forma, os 34 mil imigrantes haitianos que vivem no Brasil passaram a desfrutar de um *status* especial, não se enquadrando em nenhuma das três hipóteses contempladas na lei do refugiado.

A ação do governo brasileiro, embora louvável, trouxe consequências complexas, considerando que, não sendo refugiados e nem apátridas propriamente ditos, os imigrantes haitianos que ingressam no Brasil ficam, na maioria das vezes, desorientados e a mercê da boa vontade das sociedades locais.

Hoje, 5.000 imigrantes haitianos com Visto Humanitário vivem no Paraná. Só no município de Curitiba, residem cerca de 2,5 mil haitianos.

Justificativa:

A preocupação com a situação desses cidadãos por parte do poder público passa, necessariamente, por um olhar atendo do Governo do Estado do Paraná, de forma a evitar que o contingente de imigrantes que vive no território paranaense não venha a constituir guetos e viver à margem da sociedade. Os desafios no enfrentamento da questão passam pela superação das barreiras culturais e de linguagem, possibilitando o acesso dessas comunidades ao mercado de trabalho e a concretização de sua cidadania plena.

Neste sentido, a presente proposta considera a utilização da Vila da Cidadania – espaço físico do Governo do Estado administrado pela Secretaria da Educação – como local apropriado para o desenvolvimento de ações de qualificação profissional e cidadania voltadas para essa população, permitindo, ainda, a simulação do cotidiano da vida em uma típica cidade brasileira. Além disso, sua localização está muito próxima à comunidade em que reside a maioria dos haitianos instalados na Região Metropolitana de Curitiba.

Com a iniciativa, busca-se criar na Vila da Cidadania um espaço a ser denominado “Centro de Orientação a Imigrantes com Visto Humanitário”, que pretende ser um local de referência para esta população a partir do ensino da língua portuguesa, capacitação para o trabalho com validação e reconhecimento da qualificação técnica e conhecimento dos costumes locais, possibilitando sua inserção social nas comunidades em que vivem.

Face ao caráter interdisciplinar da ação proposta, há que se estudar o melhor arranjo institucional e a vinculação correta dessa iniciativa no organograma do Estado.

Descrição da Ação Realizada pela SEAE:

Cabe à Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos, numa ação articulada com as demais instituições estaduais, num primeiro momento, definir a competência pela implantação

deste trabalho. Na sequência, utilizando-se de espaço existente na Vila da Cidadania, no município de Piraquara, implantar um Centro de Orientação a Imigrantes com Visto Humanitário. Para a construção desse trabalho, pretende-se contar com a coordenação da SEAE e a participação das secretarias de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Educação; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Trabalho e Desenvolvimento Social.

Principais Ações para o Período 2015-2018:

Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos:

- Coordenar estudo para definição das responsabilidades pela implantação e operacionalização dos trabalhos a serem desenvolvidos no Centro.

Secretaria de Estado da Educação:

- Desenvolvimento de programas de ensino de língua portuguesa para migrantes.
- Garantia de acesso para migrantes à educação em todos os níveis e modalidades de ensino.
- Oferta de curso de português para imigrantes no turno da noite.
- Validação dos estudos básicos => Experimento Pedagógico/CEE.

Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social:

- Promover esforços para inclusão de migrantes nos mesmos direitos, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais dos brasileiros.
- Intermediar ações para que esses migrantes sejam incluídos nos programas de intermediação de mão de obra e seguro-desemprego.
- Pré-matricular esses indivíduos nos cursos de qualificação profissional do Pronatec.
- Capacitar os funcionários dos postos e agências do trabalhador para o atendimento aos migrantes.

Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos:

- Sensibilizar seus servidores sobre os direitos dos migrantes.
- Efetuar levantamentos sobre esta população de migrantes.

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

- Disponibilizar estudantes do ensino superior para atuar junto à população de migrantes.

Em ação conjunta SEJU/SEED/SETI/SEDS e empresários locais:

- Ofertar apoio acadêmico às áreas: psicossocial, saúde e formação para geração de renda provisória.
- Plantão SINE de 1 dia por semana na Vila da Cidadania.

Cronograma de Trabalho:

Atividades		2015									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Realização de estudo para definição do arranjo operacional do Centro	X	X	X							
2	Desenvolvimento de programas de ensino de língua portuguesa		X	X	X	X					
3	Oferta de curso de português para imigrantes no turno da noite						X	X	X	X	X
4	Elaborar processo de certificação de aproveitamento de estudos no país de origem		X	X	X	X	X				
5	Estudar mecanismos para a inclusão de migrantes nos atendimentos socioassistenciais ofertados aos brasileiros		X	X	X	X	X	X	X		
6	Promover cursos de qualificação profissional do Pronatec		X	X	X	X	X	X	X		
7	Efetuar levantamentos sobre esta população de migrantes	X	X	X	X						
8	Estruturar plantão do SINE na Vila da Cidadania		X	X	X						

A programação para os anos subsequentes será definida a partir da constituição das equipes de trabalho.

Meios Necessários Para a Realização do Trabalho:

- Disponibilizar espaço na Vila da Cidadania com equipamentos necessários para instalação do Centro – SEED.
- Designação de um técnico responsável pela ação.

Produtos Esperados:

- Centro de Orientação a Imigrantes com Visto Humanitário implantado.
- Famílias de imigrantes com passaporte de Visto Humanitário cadastradas.
- Processos de capacitação via PRONATEC implantados.
- Proposta formalizada de certificação estudantil, nível básico, médio e superior.

Esta área está traduzida, de forma direta, no atendimento à determinação do Governador de participação da SEAE no trabalho voltado aos processos de desburocratização e planejamento estratégico do Estado.

Ao mesmo tempo, busca promover a articulação junto aos setores governamentais para a efetivação da parceria com o Exército Brasileiro com vistas à priorização da implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no Estado, bem como atuar na articulação e normatização de parcerias internacionais voltadas para o aperfeiçoamento de políticas públicas.

SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS – SISFRON

Descrição Geral da Ação – Situação Problema:

A fronteira brasileira com os países vizinhos perfaz 16,8 mil Km. Desse total, mais de 500 Km se encontram no Paraná, representados pela fronteira com o Paraguai (208 Km) e com a Argentina (293 Km). Muitos são os problemas enfrentados pelo país para proceder um efetivo monitoramento de todo o seu território fronteiriço. Para enfrentar estes desafios, foi concebido, por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).

O Paraná, devido ao intenso intercâmbio comercial e turístico e as condições físicas apresentadas, possui sérios problemas com os eventos criminosos de tráfico de drogas, roubo de cargas e veículos, tráfico de armas e munições, refúgio de criminosos, contrabando e descaminho, exploração sexual infantojuvenil, rota de veículos roubados e abigeato (roubo de gado). Esta situação sobrecarrega as forças estaduais de segurança que atuam nas consequências provocadas pela falta de cobertura das áreas fronteiriças.

O Exército Brasileiro estima que o custo com a violência, somente com eventos relativos ao narcotráfico, em 10 anos, perfaz o montante de 500 bilhões de reais. Com um custo estimado em 12 bilhões de reais, sendo R\$ 1,17 bilhão no Paraná, o SISFRON pretende, em 10 anos, alcançar: maior presença do Estado nas áreas de fronteira, maior efetividade no combate aos ilícitos transfronteiriços, contribuindo para o aumento da segurança nos centros urbanos, maior capacidade de atuação em operações interagências e contribuição para a preservação ambiental. Verifica-se que o custo do Sistema representa, aproximadamente, 2,43%, dos custos da violência do narcotráfico.

A implantação do Sistema no Paraná significará a efetivação do trinômio monitoramento/controle da mobilidade/presença e se constitui em grande oportunidade para o Estado, além de todos os investimentos e intervenções previstas, estabelecer junto às forças do Exército e Polícia Federal parceria para a formatação de uma programação para as regiões delimitadas pelo Programa e para as regiões circunvizinhas que sofrem os efeitos das fronteiras.

Justificativa:

A primeira etapa da implantação do Sistema ocorreu no Mato Grosso do Sul, no município de Dourados, como projeto-piloto. No Paraná, os trabalhos estavam previstos, inicialmente, para após a implantação na Região Amazônica. No entanto, decorrente de uma série de encontros mantidos entre o Estado, representado à época pelo Vice-Governador, e o Comando do Exército Brasileiro, a prioridade inicial foi revista e o início das inversões está previsto para o presente exercício.

Esta decisão do Exército Brasileiro possibilitará, além dos investimentos de mais de 1 bilhão de reais em obras civis, telecomunicações, equipamentos, veículos terrestres e aéreos, a integração dos esforços das forças de repressão. Neste ciclo de investimentos, além da oportunidade já aberta às indústrias paranaenses, outro benefício já pode se constatar como o envolvimento das Universidades Estaduais nas ações previstas para o desenvolvimento de ciência e tecnologia voltadas para esse segmento. Por esta razão, foi tomada a cautela de envolver, desde o início dos trabalhos, o Sistema FIEP e as instituições governamentais de Estado afins à área.

Agora que o Paraná está priorizado, será necessária uma forte articulação com o Governo e Legislativo Federal para a prospecção e liberação dos recursos previstos orçamentariamente no Ministério da Defesa.

Descrição da Ação Realizada pela SEAE:

A inserção da SEAE neste trabalho acontece para assegurar que não haja descontinuidade das tratativas mantidas com a Coordenação do Programa Nacional.

Sugere-se que a SEAE coordene um Grupo de Trabalho, composto pelas Secretarias de Estado da Segurança, Planejamento e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e por instituições convidadas como o Exército Brasileiro e representantes das forças produtivas do Estado. Como os investimentos correrão por conta do orçamento da União, o trabalho terá seu foco na criação das condições necessárias para que possa ser implantado, sendo o Estado um agente facilitador para o Exército Nacional.

Principais Ações para o Período 2015-2018:

- Instituir o Grupo Técnico, sob coordenação da SEAE, para detalhar a programação de trabalho de forma articulada com o Exército Brasileiro e definir os desafios e as responsabilidades das entidades envolvidas.
- Coordenar a execução do Plano de Ação sob a responsabilidade do Estado.
- Articular junto à bancada federal do Estado a previsão de recursos nas emendas orçamentárias.
- Articular junto aos prefeitos dos municípios fronteiriços, mantendo-os informados de todas as ações em andamento e submetendo às suas apreciações os temas que porventura possam impactar direta ou indiretamente em seus municípios.

Cronograma de Trabalho:

Atividades		2015									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Constituição do Grupo Técnico	X									
2	Elaboração do Plano de ação	X	X	X							
3	Promover encontro com a Bancada Federal		X		X		X				
4	Encontros nos municípios fronteiriços		X			X			X		
3	Execução do Plano de Ação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4	Reuniões mensais com o grupo de trabalho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
5	Relatórios mensais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividades		2016									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Execução do Plano de Ação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2	Reuniões mensais com o grupo de trabalho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3	Relatórios mensais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

A programação para os anos subsequentes será definida a partir da constituição das equipes de trabalho.

Meios Necessários para a Realização do Trabalho:

- Instituição do Grupo de Trabalho a partir de indicação dos representantes das instituições selecionadas e das secretarias.
- Indicação formal de Decreto Governamental atribuindo à SEAE a responsabilidade pela Coordenação.

Produtos Esperados:

- Diminuição dos eventos criminais.
- Desenvolvimento de sistema para o planejamento da segurança pública.
- Economia de recursos estaduais empregados na segurança pública nas regiões afetadas pelo Programa.
- Abertura de oportunidades comerciais para a indústria do Estado no fornecimento de equipamentos ao Exército Brasileiro.

Equipe técnica:

Interna (SEAE)

- 1 técnico

Externa - tempo não integral

- 1 técnico da SETI
- 1 técnico da SESP
- 1 técnico da SEPL
- 1 técnico da FIEP

ARTICULAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DE PARCERIAS INTERNACIONAIS

Descrição Geral da Ação – Situação Problema:

Estreitar intercâmbios aproveitando experiências exitosas de outros países pode ser o caminho mais rápido para o aperfeiçoamento de políticas públicas e para o desenvolvimento tecnológico, educacional, social e cultural. Neste processo, as partes envolvidas se apresentam com objetivos comuns, mostrando as suas potencialidades e os seus desafios, criando um ambiente colaborativo que pode propiciar o surgimento de oportunidades mutuamente vantajosas e duradouras. Além disso, os governos e instituições parceiras obtêm divulgação de suas ações, com consequentes benefícios indiretos para as mais diversas áreas e imediatos impactos nas atividades econômicas.

Justificativa:

As parcerias e cooperações internacionais são temas de grande interesse para o Governo do Paraná, no entanto, a inexistência de processos normativos formalizados para o acompanhamento dos desdobramentos desses acordos faz com que as informações se percam junto com inúmeras oportunidades ou fiquem restritas ao domínio de setores ou grupo de pessoas.

Para isso, faz-se necessário proceder ao disciplinamento desta matéria, iniciando o trabalho por um amplo levantamento de informações essenciais, a saber:

- Número de parcerias internacionais existentes nas 17 secretarias de Estado, em suas vinculadas e nas empresas estatais.
- Áreas de concentração das parcerias e acordos.
- Países e governos locais com os quais se realizam as interlocuções.
- Resultados projetados e alcançados e recursos envolvidos.
- Identificação de novas parcerias de interesse estratégico para o governo.

Essas são apenas algumas informações que, devidamente trabalhadas por uma coordenação única, permitirão o disciplinamento dos processos e a maximização dos possíveis benefícios resultantes dos acordos.

Com este propósito, o Governador, por meio do Decreto nº20/2015, atribuiu esta missão para o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos.

Descrição da Atividade Realizada pela SEAE:

Como primeiro passo, proceder-se-á ao levantamento de informações, em estreita relação com a Casa Civil e Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. A razão do envolvimento dessas instituições se deve ao fato de que as mesmas mantêm setores que tratam de forma pontual desta matéria. A primeira, por meio do setor de Cerimonial, e a segunda, por meio de uma coordenaria criada para a área.

Realizada esta verificação, a partir da análise das informações disponíveis, pretende-se levantar e avaliar as parcerias e cooperações existentes nas instituições. Sugere-se que a coleta inicial seja realizada por formulário enviado eletronicamente. Dentre outras informações, o documento deverá contemplar respostas para os pontos já mencionados na justificativa, bem como o planejamento para 2015 e anos subsequentes.

Com a análise do que já existe, será possível propor um plano de trabalho com vistas à normatização, acompanhamento, aprofundamento e prospecção de novas parcerias. Ademais, o trabalho da SEAE permitirá recomendar ao Governador a importância da aprovação de novas parcerias, sugerir a suspensão de alguns acordos efetivados e que não

resultam em benefícios para nenhuma das partes, alcançando, inclusive, a análise das solicitações de viagens internacionais de intercâmbios submetidas à aprovação do Governador.

Principais Metas para o Período 2015-2018:

- Levantar e avaliar as parcerias existentes.
- Criar sistema integrado de acompanhamento.
- Elaborar manual com a normatização legal e técnica.
- Elaborar o Plano de Ação.
- Articular e coordenar a execução do Plano de Ação.

Cronograma de Trabalho:

Atividades		2015									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Levantamento e avaliação das parcerias existentes	X	X								
2	Elaboração do Plano de Ação		X	X							
3	Elaboração de sistema integrado	X	X	X							
4	Elaboração de manual de normas			X							
5	Articulação e coordenação da execução do Plano de Ação			X	X	X	X	X	X	X	X
6	Reuniões com representantes das Secretarias			X						X	
7	Relatórios semestrais			X						X	
Atividades		2016									
		Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	Articulação e coordenação da execução do Plano de Ação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2	Reuniões com representantes das Secretarias	X					X				X
3	Relatórios semestrais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

A programação para os anos subsequentes será definida a partir da constituição das equipes de trabalho.

Produtos Esperados:

- Informação de parcerias disponíveis e avaliadas.
- Procedimentos normatizados para o estabelecimento de parcerias.
- Instalação de Comitê Intersecretarial para avaliação de processos de intercâmbios.

Equipe Técnica:

Interna (SEAE)

- 1 técnico

Externa

- Indicação de um representante da SETI e da SEPL.